

- 3) O órgão jurisdicional do Estado-Membro está impossibilitado de declarar ilegal um comportamento, não podendo, em consequência, conceder indemnizações pelos prejuízos causados por facto injustificado e ilícito, quando o referido comportamento é autorizado pelos parceiros sociais e essa autorização é compatível com o direito comunitário, ainda que através de uma directiva não transposta?
- 4) O artigo 17.º, n.º 3, da Directiva 93/104 deve ser interpretado no sentido de que permite autonomamente, ou seja, de modo inteiramente dissociado do n.º 2 do mesmo artigo e do elenco de actividades e profissões que neste se indicam, a intervenção dos parceiros sociais e a introdução, por estes, de normas derogatórias em matéria de descanso semanal?

(<sup>1</sup>) JO L 307, p. 18.

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Vestre Landsret (Dinamarca) em 26 de Junho de 2009 — Skatteministeriet/DSV Road A/S**

(Processo C-234/09)

(2009/C 205/45)

*Língua do processo: dinamarquês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Vestre Landsret

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Skatteministeriet

*Recorrida:* DSV Road A/S

**Questões prejudiciais**

1. O artigo 204.º, n.º 1, alínea a), conjugado com os artigos 92.º e 96.º e ainda com os artigos 1.º e 4.º, n.os 9 e 10, do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, deve ser interpretado no sentido de que
- a) se constitui uma dívida aduaneira no caso de, por erro do sistema NCTS causado por um expedidor autorizado, ter sido iniciado um regime de trânsito de mercadorias fisicamente inexistentes e de, em consequência, o regime de trânsito não ter terminado de acordo com as prescrições legais, ou

- b) não se constitui uma dívida aduaneira, dado que se pressupõe que o regime de trânsito só se aplica a mercadorias com existência física, de modo que o erro originado no sistema NCTS por uma expedição de mercadorias fisicamente inexistentes não implica a sujeição a direitos aduaneiros?

2. No caso de resposta afirmativa à questão 1, alínea a), o conceito de «importação de mercadorias» do artigo 4.º, n.º 10, assim como o conceito de «mercadoria» do artigo 4.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento (CEE) do Conselho n.º 2913/92, de 10 de Outubro de 1992, devem ser interpretados no sentido de que abrangem tanto mercadorias fisicamente existentes como mercadorias fisicamente inexistentes?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela Cour de cassation (França) em 29 de Junho de 2009 — DHL Express France SAS/Chronopost SA**

(Processo C-235/09)

(2009/C 205/46)

*Língua do processo: francês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Cour de cassation

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* DHL Express France SAS

*Recorrida:* Chronopost SA

**Questões prejudiciais**

- 1) O artigo 98.º do Regulamento n.º 40/94, de 20 de Dezembro de 1993 (<sup>1</sup>) deve ser interpretado no sentido de que a proibição proferida por um tribunal da marca comunitária produz efeitos imediatos em todo o território da Comunidade?
- 2) Em caso de resposta negativa, o tribunal tem o direito de estender expressamente essa proibição ao território de outros Estados nos quais os factos de contrafacção são cometidos ou ameaçam ser cometidos?
- 3) Em qualquer caso, as medidas coercivas que o tribunal, em aplicação da sua legislação nacional, aditou à proibição que profere são aplicáveis no território dos Estados-Membros nos quais essa proibição produz efeito?

- 4) No caso contrário, o tribunal pode proferir tal medida coerciva, semelhante ou diferente da que adopta em virtude da sua legislação nacional, em aplicação da legislação nacional dos Estados em que essa proibição produz efeito?

(<sup>1</sup>) Regulamento (CE) n.º 40/94 do Conselho, de 20 de Dezembro de 1993, sobre a marca comunitária (JO 1994, L 11, p. 1).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela Cour constitutionnelle (Bélgica) em 29 de Junho de 2009 — Association Belge des Consommateurs Test-Achats ASBL, Yann van Vugt, Charles Basselier/Conseil des ministres**

(Processo C-236/09)

(2009/C 205/47)

*Língua do processo: francês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Cour constitutionnelle

**Partes no processo principal**

*Recorrentes:* Association Belge des Consommateurs Test-Achats ASBL, Yann van Vugt, Charles Basselier

*Recorrido:* Conseil des ministres

**Questões prejudiciais**

- O artigo 5.º, n.º 2, da Directiva 2004/113/CE do Conselho, de 13 de Dezembro de 2004, que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento (<sup>1</sup>), é compatível com o artigo 6.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia e, mais especificamente, com o princípio da igualdade e da não discriminação garantido por esta disposição?
- Em caso de resposta negativa à primeira questão, o mesmo artigo 5.º, n.º 2, da directiva também é incompatível com o artigo 6.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia se a sua aplicação se limitar aos contratos de seguro de vida?

(<sup>1</sup>) JO L 373, p. 37.

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela Cour d'appel de Bruxelles (Bélgica) em 3 de Julho de 2009 — Fluxys SA/Commission de régulation de l'électricité et du gaz (Creg)**

(Processo C-241/09)

(2009/C 205/48)

*Língua do processo: francês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Cour d'appel de Bruxelles

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Fluxys SA

*Recorrida:* Commission de régulation de l'électricité et du gaz (Creg)

**Questão prejudicial**

- Os artigos 1.º, 2.º e 18.º da Directiva 2003/55/CE (<sup>1</sup>) e o artigo 3.º do Regulamento n.º 1775/2005/CE (<sup>2</sup>) opõem-se a que as legislações nacionais criem um regime tarifário específico para a actividade de trânsito, que derroga as regras que regulam a actividade de transporte, criando no domínio da actividade de transporte uma distinção entre «encaminhamento» e «trânsito»?

(<sup>1</sup>) Directiva 2003/55/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural e que revoga a Directiva 98/30/CE (JO L 176, p. 57).

(<sup>2</sup>) Regulamento (CE) n.º 1775/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Setembro de 2005, relativo às condições de acesso às redes de transporte de gás natural (JO L 289, p. 1).

**Ação intentada em 7 de Julho de 2009 — Comissão das Comunidades Europeias/República Portuguesa**

(Processo C-252/09)

(2009/C 205/49)

*Língua do processo: português*

**Partes**

*Demandante:* Comissão das Comunidades Europeias (representantes: G. Zavvos e G. Braga da Cruz, agentes)

*Demandada:* República Portuguesa